

ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009

----- No dia vinte e sete do mês de Novembro do ano de dois mil e nove reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Mário Fonseca e secretariada por Ana Raquel Conceição e Mário Sergio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; 3 – Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; 4 – Autorização para a prática por parte das Juntas de Freguesia de actos de competência da Câmara Municipal; 5 - Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio 2010/2013; 6 – Pedido de suspensão do mandato pelo período de 365 dias; 7 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Conselho Municipal de Educação, presidente da Junta de Freguesia; b) Comissão Municipal que concederá autorizações ou modificações referida na alínea b), do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12 de 30 de Março de 2004; c) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, (presidente da Junta de Freguesia); d) Conselho Cinegético Municipal, (presidente da Junta de Freguesia); e) Conselho Hospitalar do Vale de Sousa; f) Comissão Concelhia de Saúde; g) Associação Nacional de Municípios Portugueses, (presidente da Junta de Freguesia), efectivo e suplente; h) Assembleia Distrital do Porto – (Presidente da Junta de Freguesia), efectivo e suplente; i) Conselho Geral da Empresa Municipal “Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, EM”; j) Comissão de Geminação com a Cidade de Renteria; l) Comissão de Geminação com a Cidade de Tulle; m) Comissão alargada de Protecção de Crianças e Jovens, efectivos e suplentes; n) Comissão de Acompanhamento da Habitação Social; o) Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Lustosa; p) Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal; q) Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada. -

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma hora, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Ana Raquel Oliveira Pereira da Conceição, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Dora Manuela Correia da

Rocha, João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Alberto Oliveira, José Manuel Teixeira Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Fernando Jorge Martins presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lousada, João Edgar Avelino presidente da junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida), Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Amâncio Augusto Santos cabeça de lista mais votada na Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, e Mário Fonseca, num total de quarenta e sete membros. Estiveram também presentes os senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Pedro Machado e Cristina Moreira-----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por relembrar que o Regimento do anterior mandato permanecia em vigor nesta sessão. Relembrou também que no final da sessão, se efectuará a Eleição à

Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, só para membros eleitos directamente. Comunicou ainda aos membros que o pagamento das senhas será feito no final de cada ano e que no final da sessão são postas à votação em acta minutada as deliberações apresentadas. Informou que os CD's enviados com os documentos serão entregues no final do ano e não em cada sessão como era habitual no anterior mandato. -

----- Eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. É um imperativo da consciência de cada um de nós e também pela quadra natalícia que se avizinha de que o nosso sentido de solidariedade para com os nossos familiares, amigos, vizinhos e aqui em particular com os lousadenses, em especial para aqueles que estão a atravessar sérias dificuldades a nível financeiro, que tem repercussões noutros aspectos do ser humano e psicológicos entre outros. Dificuldades essas, mas não só, que têm a sua origem no sistema de globalização da economia burguesa e capitalista cujo resultado como todos nós sabemos, é uma conjuntura da crise não só económica mas também social que atravessamos. Por esse motivo foi apresentado ao senhor presidente da Mesa uma “Moção de Solidariedade” para com os funcionários da empresa Lousatex, pela situação de incerteza, angústia e preocupação dos trabalhadores dessa unidade fabril, cujo descontentamento tem origem nos períodos de “lay-off”, meses de salários em atraso entre outras retorções pecuniárias, como subsídio de férias, Natal ainda referente ao ano de dois mil e oito, em parte ou na totalidade para alguns desses trabalhadores. Apelava também a este executivo camarário que tomasse as devidas diligências, quer na audição de ambas as partes, entre a entidade patronal e os funcionários, quer também com o governo central e os respectivos ministérios.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, restante mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara demais vereadores e vereadoras, senhoras e senhores deputados,

excelentíssimo público, comunicação social presente. Dizer quanto nos honra a eleição para esta Assembleia. Acreditamos que o exercício livre da cidadania democrática nos deve envolver de forma empenhada ética e responsável. Assim estaremos nesta Assembleia, aliás como sempre foi timbre da nossa actuação. Aos demais eleitos para esta Assembleia convidamos para a abertura ao debate para a elevação da discussão para a frontalidade e correcção das posições, para a defesa e construção de ideias para um concelho melhor. Á excelentíssima Câmara Municipal, desejamos um bom trabalho, os lousadenses contam com o melhor das vossas acções, da nossa parte podem contar com uma postura atenta responsável e criativa. Ser eleito para os órgãos municipais deve encher-nos de alegria, alegria por poder participar na construção de um território melhor e com isso influenciar a qualidade de vida dos concidadãos. Queremos por isso manifestar a nossa surpresa pela forma como decorreu o acto de instalação dos órgãos autárquicos. Aquele que supostamente seria um acto solene na vida do município acabou por ser um acto pesado, sem cor nem ambiente. Uma relação protocolar pouco simpática ou amistosa, discursos vagos para não dizer quase vazios, assim foi aos nossos olhos a cerimónia do acto de instalação dos novos órgãos autárquicos. Bem patente daquilo que acabo de dizer foi a retirada ou abandono do excelentíssimo presidente e demais vereadores da sessão da Assembleia Municipal, bem sabemos que nada determina que aqui ficassem mas manda o bom senso que o tivessem feito, seria um acto de reconhecimento e respeito pela Assembleia e pelos seus eleitos. Uma nota final, há uns anos atrás trouxe o senhor presidente da Câmara a esta Assembleia o pedido para aprovação da passagem de meio tempo a tempo inteiro da vereadora de então, professora Lígia Ribeiro, na altura justificava pelo aumento de competência da autarquia, na altura era o presidente de Câmara mais quatro vereadores no executivo. Hoje com mais competências imputadas à autarquia que há data e com apenas três vereadores no executivo não atribuiu qualquer pelouro aos vereadores da oposição, que pelo que sei, estavam dispostos a trabalhar graciosamente. Nada há que o obrigasse, é certo, no entanto podemos todos concluir que durante todos estes anos esteve o erário público municipal a suportar o vencimento de mais um vereador que pelos vistos não era necessário. Ou será que até era necessário? Mas que agora é encaminhado para a contratação do chefe de gabinete do presidente de Câmara ex-vereador professor José Santalha. Termino como comecei, muito nos honra a eleição para esta Assembleia, podem os lousadenses contar com o nosso empenho e com a elevação do nosso trabalho.»-----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «O acto de tomada de posse é como está na lei. A lei não permite nesse acto a presença de personalidades de fora. Se noutros sítios o fazem, fazem-no contra a lei. E como nós somos extremamente rigorosos no cumprimento da lei não o temos feito. Está previsto que isso possa vir a acontecer, como sabe, numa das propostas que eu elaborei para que se possa num futuro próximo, aquando das tomadas de posse, haver uma sessão solene. Outra coisa que a mesa tem de informar porque estas coisas não são como as pessoas querem mas como devem ser feitas. A Câmara eleita também são membros desta autarquia deve na verdade retirar-se na primeira reunião, esta é estritamente para os membros da Assembleia Municipal. Nós também gostávamos que isto fosse algo mais solene, mais digno, conforme o acto merece, mas isto está previsto nas propostas de alteração à lei.» -----

----- Resposta do Sr. presidente da Câmara: «Também desejo que todos tenham um excelente desempenho enquanto membros desta Assembleia Municipal e que ajudem a contribuir para que possamos todos fazer um trabalho que é exigível pelos nossos concidadãos. É para isso que aqui estamos e com certeza é com este espírito que devemos estar nas coisas, independentemente da posição partidária que cada um toma, e, despidos de alguns preconceitos partidários que muitas vezes entopem e desvirtuam os factos. Em relação à questão da Lousatex digo-lhe que é isso mesmo que a Câmara já está a fazer. A Câmara já está a dar apoio aos funcionários, a fazer diligências junto das várias entidades envolvidas no sentido de encontrar uma melhor solução possível para todos os funcionários que ali trabalham e que nos merecem preocupação, grande solidariedade e disponibilidade para tentarmos ajudá-los a resolver o problema. Em relação à questão que o senhor Carlos Nunes pôs. Penso que de uma forma clara o senhor presidente da Assembleia já deu resposta a esta questão. Estes actos não têm medição própria para o efeito, sempre foi assim que actuamos, não nos preocupamos muito com os outros. Acho que o acto correu com toda a dignidade. Portanto, “presunção e água Benta, cada um toma a que quer”. Se pretendeu ter alguma atitude fora deste contexto, julgo que não tem sentido rigorosamente nenhum. Em relação à questão dos pelouros e a pretensa poupança ou eventual falta de pessoas para o executivo. É uma atitude que decorre da lei, são competência do presidente da Câmara delegar ou não em termos dos vereadores as competências. Tenho visto uma grande parte das Câmaras a nível do país, o PSD não quer assumir pelouros, ao contrário também é verdade. Não obstante, nós entendemos, como grande parte dos nossos colegas quer do PSD quer do CDS, CDU e por aí fora, entendemos

que estes executivos deviam ser monocores, não o são, a lei não o permite, infelizmente, ainda, espero que algum dia o faça porque seguramente será muito mais fácil resolver alguns problemas, por um lado, mas é bem verdade que mesmo quando os executivos são quase monocores, mesmo os vereadores não tendo pelouros os problemas existem de uma forma clara. Eu lembro aqui que efectivamente foi esse o propósito, aqueles que estão com as políticas sufragadas por nós e pelas perspectivas que nós apresentamos ao eleitorado foram claras, os lousadenses de uma forma inequívoca votaram em determinado sentido, é nesse sentido que nós queremos implementar esse tipo de políticas. Temos de ter aqui uma unidade junto de todos os vereadores que permitam puxar para o mesmo lado. É óbvio que os nossos colegas do PSD não terão essa perspectiva, apesar de estarem disponíveis a trabalhar pelo concelho, mas o que é importante aqui frisar, e que eu quero deixar aqui como claro alerta, é que neste ultimo mandato em duas Câmaras do PSD aqui da região ficaram de um momento para o outro em minoria. Isto, porque no próprio executivo houve divergências. Se assim é no seu seio, como será quando assim não acontece? É preferível fazer o que nós fizemos. Sem deixar de pensar e acreditar que os nossos colegas de vereação da oposição também sejam capazes de cumprir funções em qualquer altura. É nesta perspectiva que sempre agiremos em defesa clara daquilo que são as nossas propostas é aquilo que entendemos ser mais justo para Lousada e para os lousadenses.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número cinco do seguinte teor: "A Mesa e os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Lousada propõem um voto de louvor ao jogador de futebol Pedro Moreira por ter representado a selecção nacional de futebol no Europeu 2011 (sub-21) "-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número cinco que foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Foram ainda apresentadas as seguintes Moções: -----

----- Moção A do Grupo Municipal "Lousada Viva" do seguinte teor: " Atentos à realidade desajustada das condições de segurança em muitas localidades do concelho, nomeadamente pela falta de sinalética rodoviária ou pela má colocação da existente; pela falta de iluminação pública junto de habitações, equipamentos de utilização colectiva e outros locais de necessidade; pela falta de gradeamentos adequados junto a estabelecimentos de ensino e nas travessias superiores rodoviárias; pela inexistência de passeios e passadeiras para peões; pela inexistência de um plano de

mobilidade urbana e regulação rodoviária ajustada; ao abrigo da alínea b) do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, o Grupo Municipal da Coligação “Lousada Viva” apresenta a esta Assembleia a seguinte Moção: Deve a Câmara Municipal promover a realização de um estudo exaustivo sobre as actuais condições de segurança no concelho, que derive pistas de actuação, condicentes a um plano geral de intervenção, ao nível da segurança pública, de bens e pessoas”. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas uma breve explicação sobre o porquê desta moção. De facto atentos à realidade em muitas localidades do concelho, verificamos que, ou pela falta de iluminação pública, ou pela falta de gradeamentos, passadeiras ou pela falta de um plano de mobilidade que de facto escoar e faça fluir o trânsito regularmente. Enfim são várias situações que encontramos e por isso entendemos que a Câmara deve proceder a um estudo exaustivo, que faça um levantamento de todas estas situações e que derive num plano de intervenção geral. Podemos de facto procurar colmatar caso a caso, mas tudo isto devidamente levantado num plano geral de intervenção. Não temos a menor dúvida de que será muito mais profícuo. É disto que trata esta Moção.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, excelentíssima Câmara, senhores deputados, excelentíssimo público. Achamos que esta Moção não tem razão de ser. Achávamos por bem, não nesta Assembleia mas noutra o PSD propor isso mas noutra acto, não como moção. A Câmara fará isso quando entender e tiver possibilidades, julgo eu. A nossa bancada vai votar contra esta Moção.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto muito me entristece a posição da bancada do Partido Socialista, ou não vê, ou por outro lado não querará ver as várias e muitas situações que encontramos neste concelho. A título de exemplo: repare nas passagens superiores rodoviárias em Lodares, aquele gradeamento não é o mais ajustado. A título de exemplo: repare na falta de iluminação pública em tantas e tantas localidades deste concelho. Posso lhe dar exemplos, aliás é apenas repescar aquelas que já foram as minhas intervenções ao longo do último mandato, que muitas vezes sinalizei casos de falta de iluminação pública. Para não falar da freguesia onde eu vivo, cito-lhe exemplos: Meinedo, estrada de Cales, estrada que liga

Romariz a Boim, em Caíde de Rei em frente ao centro saúde, em Lodares, lugar da Lama, Vilar, Sequeiros, complexo industrial, em Covas desde a estrada à Rua da Granja à Rua do Além do Alto em Figueiras. Estes e tantos outros exemplos. Não querer que a Câmara proceda a um levantamento exaustivo que delinea uma estratégia de intervenção abrangente a todo o concelho. Não sei o que quererá fazer?» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos ouvi-o com atenção como sempre, mas não percebi uma coisa: quem vai votar aqui é só o senhor ou há mais pessoas que vão votar neste grupo parlamentar?» -----

----- Intervenção do Sr. Rui Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e estimado público. Nós vamos votar contra esta Moção não porque não concordemos com ela, mas sim, porque em Junho passado a Câmara Municipal fez chegar aos senhores presidentes de Junta um mapa da freguesia onde era proposto que a Junta de Freguesia, propusesse as alterações que achasse necessárias. Isso é que é planeamento. O senhor Carlos Nunes apresenta uma Moção para fazer um levantamento exaustivo e isso já está a ser feito pelos senhores presidentes de Junta. A sua proposta não tem cabimento e por isso votaremos contra, toda a bancada do Partido Socialista.» -----

----- Intervenção do Sr. Presidente da Câmara: «Não sei se me cabe a mim intervir. Penso que a explicação que deram ao Carlos Nunes, é extremamente redutora. Se é o problema da luz e quando fala no viaduto da estrada sobre a variante A106, creio eu, é competência do IEP. Eu sinceramente vejo aquele tipo de abordagem em milhentos sítios em todo o país e nunca vi preocupações, ou que fossem reforçadas, mas é uma situação que a Assembleia ou a Câmara poderá alertar, se existe alguma perigosidade. Agora em relação à questão da luz é preciso ser claro. Os sítios que o senhor está a referenciar são sítios onde há troços em que não têm habitações. Troços para iluminar mata e campo. Aquilo que acontece nos municípios onde os senhores são poder, é igual, existe da mesma forma. Nós temos todos os meses um valor extremamente significativo para pagar de luz pública. Há um propósito neste momento no âmbito do quadro de referência estratégico nacional de apresentarem candidaturas dos municípios para regularizar os gastos da luz, precisamente para controlar estas situações todas porque são de tal ordem elevadas. Existe este propósito, de regular com redutores de fluxo com novos equipamentos em termos de lâmpadas e

por aí fora. É óbvio que quando temos a noção que existem problemas, temos estado atentos com as sugestões dos senhores presidentes de Junta. Por essa via que está a referenciar, essa Moção servia para os municípios do seu partido ou para todo o país. Disso não tenha dúvidas.» -----

----- Passou-se de seguida à votação da Moção A que foi reprovada por trinta votos contra dos seguintes membros: Mário Fernando Fonseca, Joaquim Almeida Santos, Ana Raquel Oliveira Pereira da Conceição, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Joaquim José da Silva Rocha, Dora Manuela Correia da Rocha, João Carlos Pinto Correia, Alberto Oliveira, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, José Bernardino Pinto Nogueira, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Magalhães, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, José Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Fernando Jorge presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Antero Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Santos cabeça de lista mais votada na Freguesia de Lustosa, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Pias, Adrião Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e dezoito a favor. -----

----- E a Moção B da CDU- Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: “ A CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) de Lousada, pede a todos os membros da Assembleia Municipal de Lousada, que se solidarizem com os (as) trabalhadores (as) da Empresa Lousatex, situada na freguesia de Cristelos, deste concelho. Pela situação de angustia, preocupação e incerteza que estão a atravessar. Gerada pelas dificuldades que a empresa atravessa (pelo processo de insolvência e recuperação), que tem repercussões directas nos seus trabalhadores como sejam, a Administração da Empresa decretou dois períodos de Lay-Off, no corrente ano e já terminados, existindo ainda salários em atraso, e outras retribuições pecuniárias tais como, subsídio de férias e de Natal, este último referente ao

ano transacto, que nem todos os trabalhadores (as) receberam em parte ou na totalidade. A presente Moção assenta na constatação de que estão em causa não só os postos de trabalho, como também os direitos de quem trabalha, consagrados no Código de Trabalho e na Constituição Portuguesa” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da Moção B que foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente de Câmara estamos a poucas semanas de receber os documentos relativos ao plano plurianual de investimentos e orçamento para dois mil e dez. Cientes que estamos das dificuldades financeiras que o município e o país atravessam, mas de igual modo cientes das necessidades que grassam o concelho nas suas vinte e cinco freguesias, desafiamos o executivo a orientar os recursos municipais para uma clara aposta nas freguesias do concelho. Senhor presidente de Câmara ouça os senhores presidentes de Junta e atenda as prioridades que cada um lhe apresenta. Delegue-lhes competências e autonomia financeira para os habilitar a responder eficazmente aos problemas que afectam as suas freguesias. E quando digo autonomia financeira refiro-me, como é lógico, à dotação de recursos financeiros para o efeito. Projecte intervenções que revolucionem pela positiva o actual estado das situações, planeie programa de obras de utilização colectiva dispersas por aglomerados de freguesias, estabeleça uma cobertura total do concelho em obras, meios e equipamento básicos à qualidade de vida dos lousadenses. Repare na Moção que ainda hoje aqui apresentamos, não é digno, não concordo, não aceito quando o senhor presidente de Câmara diz que este concelho é exemplar no domínio da iluminação ou no domínio da sinalética de trânsito. Não é em pleno século vinte legítimo, concordante que a população ainda reclame iluminação publica para de frente das suas casas, e são tantas as carências que ainda se sentem. Ao nível da segurança, da mobilidade e dos transportes públicos, repare o estado de conservação das nossas estradas municipais, e o facto de haver aglomerados populacionais que ainda não são servidos por transporte público. A inexistência de

equipamentos desportivos e de lazer que aguardam rápidas intervenções de melhoria, a falta de obras de cariz social, cultural e recreativo que reina em muitas freguesias do concelho. Estas e tantas outras intervenções possíveis como no domínio do ambiente e da salubridade pública são, e devem ter o melhor acolhimento no plano plurianual de investimentos e consequentemente no orçamento para dois mil e dez. Outra nota para solicitar a sua atenção, é do conhecimento público a situação financeira deixada nas freguesias de Macieira e Meinedo. Não porque deve ter por princípio uma atenção discriminatória mas nestes casos tem a responsabilidade municipal de ajudar a resolver estas situações. Os casos a que me refiro mereceram o seu consentimento político. Todos assistimos à recandidatura dos anteriores presidentes de Junta, ladeados pela sua candidatura. É de elementar bom senso que saibamos todos encontrar a melhor forma para que os novos presidentes de Junta iniciem tranquilamente os seus projectos, para isso foram eleitos. Senhor presidente de Câmara ouvir a oposição e sentir o pulsar de milhares de lousadenses que não se revêem na acção que levou a efeito até então. Não foi, não é a maioria, é um facto, mas é uma grande franja pessoas que ambicionam outra conduta neste mandato, nada melhor que dar a mão à palmatória e reconhecer que pode ser feito um outro tipo de trabalho, mais planeado, mais sustentado, mais útil. Aguardamos pelo orçamento.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à intervenção do Carlos Nunes dir-lhe-ei tão-somente o seguinte: nós já estamos habituados a este tipo de “conversa fiada”, não passa disso. É óbvio que um dia quando a vossa coligação estiver no poder você vai mudar o discurso, seguramente, por razões óbvias. Nem sequer faz a mínima ideia do que é governar uma autarquia como esta. É fácil debitar um conjunto de frases, já meias feitas, um conjunto de ideias interessantíssimas mas na prática, são aquilo que são, ideias, é uma mão-cheia de nada. E para lhe dizer o seguinte: nós estamos a preparar o plano e orçamento é um plano e orçamento de rigor, fruto das contingências que referiu e muito bem. Eu infelizmente, posso-lhe dizer isso, provavelmente estamos no limiar das últimas oportunidades que temos até daqui a quatro anos. Julgo que daqui a cinco anos ainda vai ser muito mais difícil gerir qualquer município. Portanto, temos que direccionar a intervenção municipal no sentido de aproveitar todas as possibilidades que houver em termos do quadro de referência estratégico nacional, o QREN, não vamos minimamente divergir desta situação. Se houver candidaturas que abranjam todas as freguesias, muito bem, aliás é o propósito do município criar unidade e uma estrutura municipal sólida, serena e devidamente

transversal. Desde que aqui estamos, sempre, tentamos acudir nas reais expectativas dos nossos concidadãos presidentes de Junta que de facto gerem e bem ao longo destes anos as suas freguesias, vamos continuar a dar-lhe o apoio necessário para que possam, dentro dos condicionalismos que as restrições nos impõem, quer aquilo que são as filosofias da autarquia, vão determinar. O plano e orçamento vai manter aquelas linhas que já vêm detrás, não vai divergir disso, se alguém está com essa expectativa, aliás, tenho visto isso plasmado nas decisões dos meus colegas aqui da região e no distrito do Porto em particular, nós também não vamos divergir deste pressuposto. Isto é transversal a todas as forças políticas que estão no poder. Quando há pouco referiu: a questão da iluminação é exemplar, eu nunca disse que era exemplar. Temos os principais aglomerados e as zonas que é importante iluminar, devidamente iluminadas, é nesse contexto que referi, não disse que era exemplar, não faço essa apreciação, julgo que estamos em cotejo com uma grande parte da região. Sobre as questões da sinalética e da conservação das estradas. Como sabe, no âmbito do próprio QREN, já estão em execução, e vamos lançar mais um conjunto de intervenções para a recuperação das vias municipais resultantes de outras obras infra-estruturais que estamos a levar a cabo como saneamento e outras. Vamos dar resposta paulatinamente. Não vamos fazer tudo num ano, esperamos, seguramente, neste quatro anos fazer o máximo possível na área da conservação das vias municipais. Nós estamos disponíveis como sempre estivemos a manter essa parceria activa com as Juntas de Freguesia no sentido de com pouco fazermos muito. Em relação à questão final, freguesias de Macieira e Meinedo. Eu lembro-lhe que há aqui princípios basilares e claros. A Câmara não exerce tutela sobre as Juntas de Freguesia. É preciso perceber que quem exerce tutela sobre as Juntas de Freguesia é o senhor Governador Civil via disposição delegada do senhor Ministro da Administração Interna. Nós, Câmara, nem sabemos se tem muito se tem pouco, se a freguesia é gerida ou não de forma adequada. Quem normalmente sabe se é gerida de forma adequada ou não, são os nossos concidadãos, na altura própria, no momento próprio avalizam ou não a gestão feita. Sobre essas matérias, do eventual apoio em termos de candidaturas, digo-lhe que com isto não estamos a merecer ou desmerecer ninguém, há provavelmente colegas nossos presidentes de Junta que continuaram a ser eleitos e transitaram com dívidas para o mandato seguinte e conseguem resolver os seus problemas. Aliás, como receberam de anteriores presidentes de Junta. Ouvi que no caso de Macieira, que o anterior presidente da Junta já tinha recebido uma dívida interessante do anterior mandato mas ele nunca veio para a praça pública dizer que tinha recebido uma dívida não sei de quanto. Penso que também

foi dito isso em relação a Meinedo que também tinham recebido de anteriores executivos também dividas e resolveram o problema com a seriedade que a situação recomenda. Os senhores presidentes de Junta estão para o bom e para o mau. A Câmara entende que não deve interferir, cada um deve ter a consciência exacta, quer num caso quer noutro que referiu, penso que grosso modo, os candidatos sabiam mais ou menos com aquilo que podiam contar. A Câmara naquilo que é possível ser solidário sempre foi solidário com as autarquias e sempre o fez de uma forma inequívoca e clara já num caso ou noutro teve disponibilidade para resolver algumas situações decorrentes de projectos que aconteceram e em que havia necessidade de resolver problemas. Lembro-lhe finalmente que se nós eventualmente, se qualquer Câmara deste país, se permitisse pensar que no final do mandato a Câmara seguinte iria assumir todas as dívidas que viessem a decorrer de qualquer Junta de Freguesia, isto era o caos institucionalizado. Eu creio que, quer a um caso, quer a outro que referiu julgo que elas são possíveis de ser resolvidas pelo próprio executivo.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia-----

----- TERCEIRO PONTO: Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Sendo a área social a prioridade deste executivo para o corrente mandato é com certeza um compromisso moral baixar as taxas de IMI, muito embora, sejam elas fixadas nos valores máximos. O que seria mais óbvio era ficar por baixo, só em um por cento, para mais uma altura em que a maior partes das famílias vivem uma situação económica aflitiva. Baixar a taxa de IMI é um caso de justeza e de justiça.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De há vários anos para cá o PPD-PSD em coligação do CDS-PP hoje coligação “LousadaViva” vem propondo a redução das taxas de imposto municipal sobre imóveis. Trata-se de uma prerrogativa da coligação, uma vez que tal como no passado as taxas propostas por este executivo camarário continuam a fixar-se nos máximos permitidos por lei. O que aliás, e até dito pelo actual executivo camarário, é

de uma incoerência total, para não dizer outra coisa. Excelentíssimo senhor presidente da Câmara, ouvi com atenção e registei a sua última descoberta a excelentíssima preocupação ao fim de vinte anos de exercício de poder que, e passo a citá-lo, “ em Lousada muitas famílias justificam uma importante aposta na acção social. Daí a necessidade urgente de utilizar mecanismos de intervenção familiar”, tem razão senhor presidente da Câmara, apesar de uma vez mais vir atrasado. Aliás, esta é também já uma preocupação por si, que já havia sido manifestada, aquando do seu discurso na inauguração do novo centro escolar de Nevogilde, onde caracterizou Lousada como, inserida numa região com baixos índices de escolaridade e de qualificação, o que originou tecido económico débil, um sector industrial frágil e um sector terciário incipiente com desemprego, sobretudo feminino de longa duração, baixos rendimentos e emigração forçada. Senhor presidente da Câmara tenho a dizer-lhe que mais uma vez tem razão. É verdade são cerca de vinte anos de governo socialista local. Aqui na questão do IMI, nomeadamente quanto aos prédios urbanos, vem vossa excelência propor novamente o máximo legalmente permitido por lei. Só aqui, uma vez mais, fica patenteado por parte deste executivo a expressa vontade política de não ressarcimento, primeiro das centenas de famílias lousadenses que nos últimos cinco, seis anos foram prejudicadas e lesadas devido ao errado e injusto mapa de zonamento que até agora vigorou no nosso concelho. Injusto e errado, porque este executivo através do técnico por si nomeado para acompanhar todo o processo, se absteve fazer valer na altura própria, quais as realidades do concelho e quais as formas de qualificação das várias zonas de Lousada e quais as formas de qualificação das várias zonas de Lousada. Era portanto chegada a hora de fazer não mais do que elementar justiça para com todas estas famílias já efectivamente lesadas. Que é o que se espera de uma entidade pública como pessoa de bem que é, uma Câmara Municipal. E aqui estava, e ainda está, o mecanismo ao seu dispor e ao dispor desta Assembleia para ajudar à sua nova descoberta senhor presidente da Câmara, ou seja, a realidade que em Lousada há muitas famílias carenciadas a necessitar urgentemente de ajuda, a incoerência com a sua nova e única oportunidade desta pequena maioria socialista para este mandato, a acção social. Por outro lado, e como forma indirecta, ressarcir todas as centenas de famílias lousadenses prejudicadas ao longo dos últimos cinco, seis anos em todo este processo. Propondo aqui, não mais que uma redução de zero vírgula um por cento quanto às taxas propostas para o prédios urbanos, como foi aliás proposto pelos vereadores da coligação “Lousada Viva” na reunião de Câmara, e hoje aqui, também, sublinhado pelo seu grupo parlamentar. Não prejudicando assim de forma irreversível os cofres da Câmara com

impacto até secundário nas suas receitas. Até porque não nos podemos esquecer e alhear do facto de que o volume imobiliário da década de noventa implica necessariamente o fim das isenções. A partir de agora cada vez mais famílias Lousadenses irão começar a contribuir para os cofres camarários com o devido pagamento deste imposto. A manutenção destas taxas no seu limite máximo apenas continuam a agravar as dificuldades dos agregados menos capacitados e com rendimentos mensais baixos e médio. Seria assim um acto de justiça, que se esperava desta Câmara, para com os seus munícipes e acima de tudo solidariedade social. O que contrariamente à tão proclamada única e exclusiva prioridade desta pequena maioria socialista para este mandato, torno a dizer, acção social, simplesmente não se verifica por manifesta falta de vontade política. A propósito deste assunto resta-me citar a declaração escrita pelo senhor vice-presidente Dr. Pedro Machado, quando no seu último parágrafo, refere: "... que quem defende a descida destas taxas não é como sinal de preocupação com a situação económica das famílias lousadenses, mas antes um acto irresponsável de quem tem como único objectivo alcançar o poder em dois mil e treze...". Dr. Pedro Machado quero-lhe dizer que não fiquei surpreendido com a sua declaração escrita, se é escrita foi pensada e ponderada, compreendo o seu mal-estar com a votação de Outubro. Compreendo o seu mal-estar ao ver que cada vez mais lousadenses querem que seja a coligação "Lousada Viva" a governar Lousada com o seu projecto. Nós, não nos preocupamos com dois mil e treze. Não estamos em campanha eleitoral. Não é isso que nos norteia nesta Assembleia. Realmente, Dr. Pedro Machado que confusão por aí vai. Também não me admira uma resposta dada pelo senhor presidente da Câmara a uma interpelação do Dr. Leonel Vieira nesta mesma reunião, essa não constante desta transcrição escrita que nos foi enviada, o que é pena, e eu compreendo, nas actas desta Assembleia minutam o essencial e às vezes o essencial é relativo, e dizia o senhor presidente da Câmara ao Dr. Leonel Vieira: quando estiver no meu lugar vai mudar de opinião. Senhor presidente da Câmara mais uma vez tem razão, pronuncio de mudança já aí paira, e pelas suas palavras, paira de forma clara e inequívoca. É a vontade do povo dos lousadenses. Por isso os lousadenses sabem que iremos pautar a nossa conduta neste mandato no escrupuloso cumprimento das propostas por nós apresentadas.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa: «A Mesa tem de dar uma pequena explicação habitue-se a falar francamente e não diga coisas que não são. Estas actas são exactamente aquilo que vocês dizem aqui. Não há dúvida, se houver, têm a gravação da Assembleia. O senhor disse da

Assembleia se, se enganou é diferente.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Dr. José Gonçalves, olhe que o senhor Dr. Pedro Machado quando defender o contrário, alcançar o poder em dois mil e treze, se calhar até tem a sua razão. O senhor não leu bem as declarações de voto que estão aqui nesta reunião de Câmara. O senhor sabe quantas taxas vocês propõem aqui a esta Assembleia, três, eu já vou dizer porquê. Nem vocês sabem o que vão votar. Nós vamos ver, se eu tenho razão ou não. A nossa bancada vai votar favoravelmente a fixação das taxas, de zero vírgula sete por cento para prédios rústicos e urbanos e zero vírgula quatro para os prédios urbanos avaliados nos termos do novo Código do IMI. E passo a explicar o nosso sentido de voto: sempre dissemos neste local, independentemente das taxas que o executivo camarário propunha a esta Assembleia, que votaríamos a favor da diminuição das mesmas, desde que fossem atingidos os valores iguais ou próximos dos recebidos em dois mil e dois. Assim aconteceu o ano passado quando ela se aproximou dos valores em causa. Dizer-se que ela foi uma imposição da administração central é pura demagogia é uma inverdade. A decisão foi tomada em reunião de Câmara de três de Novembro de dois mil e oito e o diploma governamental data de cinco de Dezembro do mesmo ano (Lei nº 64/2008). Esta baixa teve as seguintes consequências: para um valor patrimonial no ano de dois mil e sete de seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e seis euros e quarenta e três cêntimos, a contribuição do ano foi de dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil novecentos e dezoito euros e cinquenta e nove cêntimos. No ano de dois mil e oito para um valor patrimonial de setecentos e cinquenta e cinco milhões seiscentos e dezasseis mil cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos, portanto mais cinquenta e sete milhões de euros do que em dois mil e sete, a contribuição do ano foi de dois milhões cento e quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e dois euros e vinte e seis cêntimos, ou seja menos duzentos e dez mil euros. As receitas passaram novamente a baixar em relação ao ano de dois mil e dois. Refiro ainda que as isenções continuam a ter uma percentagem elevada, quarenta vírgula noventa e nove por cento. Para o valor patrimonial que antes referi temos: trezentos e nove milhões setecentos e vinte mil oitocentos e sessenta e dois euros e setenta e seis cêntimos de prédios isentos e quatrocentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta e três euros vírgula noventa e um cêntimos, prédios sujeitos. Debruçamo-nos agora sobre a declaração de voto dos senhores vereadores da coligação, na reunião de

dezasseis do corrente, cito: “ ...Como sempre afirmamos o mapa de zonamento errado que vigorou até hoje foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Lousada que não soube na altura própria, antes de dois mil e quatro, acompanhar como lhe competia todo o processo...”. Na mesma reunião o senhor vereador Pedro Machado disse, cito: “... o processo inicial de zonamento, aprovado em dois mil e quatro, foi concretizado à margem da intervenção desta Câmara, não por culpa desta mas do governo de então, liderado pelo PSD, que promoveu a reforma da tributação do Património sem a necessária participação das Autarquias Locais...”. Antes de mais, esclarece-se que o perito local foi nomeado pela Direcção Geral dos Impostos, não tendo a Câmara Municipal qualquer intervenção nessa nomeação. “...Ora, o zonamento inicial foi elaborado pelo perito local, sem que este tivesse aproveitado devidamente a colaboração do interlocutor nomeado pela Câmara. A coadjuvação do interlocutor nomeado pela Câmara resumiu-se à disponibilização das plantas do concelho, única diligência que lhe foi solicitada. Por isso, o zonamento inicial apresentava diversas incongruências e falta de objectividade, pelo que a Câmara Municipal manifestou à Direcção-Geral dos Impostos a sua discordância...”. Quando, nesta Assembleia o problema do zonamento foi afluído, e já o foi por várias vezes, ouvimos repetidamente o senhor presidente da Câmara a dizer a mesma coisa. Nós acreditamos nisto. Voltamos à declaração de voto dos senhores vereadores da oposição, cito: “ É possível ressarcir as famílias que foram injustamente penalizados. Infelizmente esta não é a opinião da pequena maioria socialista representada neste executivo, pois uma vez mais prepara-se para fixar taxas máximas”. Pequena maioria socialista com dezassete vírgula sessenta e quatro por cento a mais que a grande maioria da coligação. Mas debruçamo-nos no essencial. Que taxa é que os senhores vereadores propõem? “Diminuição de um por cento não prejudicará os cofres da Câmara”, dizem. Então não verificam que se reduzirmos à taxa de zero vírgula quatro por cento, um por cento a Câmara ficará com zero por cento de receita. Pois não é possível reduzir um por cento onde ele não existe, ou então querem reduzir um por cento à taxa de zero vírgula quatro por cento e ficaremos então com uma taxa de zero vírgula trezentos e noventa e seis por cento. É isto que é proposto? Vocês não são mais sensíveis do que nós no que respeita às famílias mais carenciadas. Claro que se a taxa baixar despenaliza todas as famílias. Mas será que a Câmara não deve ter recursos próprios e um deles é a receita do IMI. Sabem também que os mais carenciados podem recorrer ao Estatuto dos Benefícios Fiscais e são muitos que o têm feito, por isso a taxa de isenções é de quarenta vírgula noventa e nove por cento, que prevê a isenção permanente dos prédios pertencentes a

sujeitos passivos cujo rendimento bruto total do agregado familiar englobado para efeitos de IRS não seja superior ao dobro do valor anual do salário mínimo nacional mais elevado e cujo valor patrimonial tributário global não exceda dez vezes o valor anual do salário mínimo nacional mais elevado ou isenções temporárias até oito anos, prédios com valor tributário até cento e cinquenta sete mil e quinhentos euros.» -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e seis minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: António Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde Rei -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos, eu por momentos pensei que o senhor tinha um texto diferente do meu mas depois comecei a ver que não. Não vou falar dos números, um mais um é igual a dois, para si às vezes não é, mas isso são questões de opinião, respeito. Realmente aqui na declaração dos nossos vereadores diz em um por cento mas queriam dizer em zero vírgula um por cento, tão simples como isso. Nós sabemos que estão em causa três taxas, nós propomos em duas quanto aos prédios urbanos isso é inequívoco é esse o nosso sentido de voto. E é esse o sentido voto que nós nos debatemos há vários anos, como é do seu conhecimento. Aqui está mais um mecanismo que a Câmara sempre teve de ajudar as famílias mais carenciadas, já nem lhe digo as famílias mais carenciadas, aquelas famílias que têm um rendimento médio. O senhor vem para aqui falar de milhões, eu falo de cêntimos, de euros. Eu falo das famílias lousadenses cujo pai e mãe, trabalham e ganham seiscentos setecentos euros por mês para combater as despesas é dessas famílias que estamos a falar. Eu sei que para si é complicado entender esta linguagem, mas os lousadenses têm vindo a manifestar-se. Eu compreendo o seu nervosismo e compreendo o seu contra vapor.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” -Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto nesta discussão de números todos percebemos, e acho que não é demagogia que há um erro na transcrição da acta. Aliás é uma acta que nem foi aprovada em reunião de Câmara. Senhor Santos repare que propor a baixa de um por cento na taxa de zero vírgula sete, o senhor quer passar a taxa para pontos negativos. Percebe-se que é um erro de transcrição numa acta que veio para nós e ainda não foi aprovada em reunião de Câmara. Isso é um erro que às vezes parte de terceiros, involuntariamente como é lógico.» -----

funcionários da Câmara para actualizar matrizes, triplicaram as suas receitas. A Câmara de Lousada tendo em atenção os seus munícipes, nunca fizemos isso, defendemos aqui claramente as famílias carenciadas do nosso município. Não precisa de atestados de ninguém sobre esta matéria. Estamos à vontade com clareza para lhe dizer isso, olhos nos olhos. É preciso perceber claramente o tipo de atitude que o município tem tido nesta matéria, e mais, aqui foi evidenciado claramente que desde que a alteração se fez em dois mil e dois, creio eu, o município de Lousada que teve sempre um montante superior aquele que até hoje vem recebendo nunca fez nenhuma “démarche” no sentido de corrigir as matrizes ou de procurar potenciar a receita, nunca o fez. Quando o senhor cita e muito bem algumas, num tom jocoso, não sei a que propósito, parece que nos quer dar algumas lições ou lembrar não sei o quê, todos nós temos opiniões, agora com que autoridade moral, não sei, ainda estou para perceber. Na intervenção que fiz em Nevogilde identifiquei para o senhor primeiro-ministro para os nossos governantes que esta região, este município precisa e continua a precisar da ajuda da administração central, é nesse contexto que qualquer um de nós tem a obrigação quando qualquer dirigente máximo deste país cá vem, chamar-lhe à atenção para o problema do município e da região. Esta caracterização que eu fiz, o senhor vê-a plasmada no Jornal de Noticias de hoje, em que se evidencia que esta Região do Tâmega em que nós nos inserimos, tem debilidades claras que são comuns a Lousada e a todos os outros municípios. Isto é claro para qualquer um de nós. Por isso, nós temos a sensação que de facto poderia ser incómodo, era mais fácil para qualquer um de nós, propor aqui uma redução de taxas do IMI. Temos a consciência que um casal, como o senhor referiu aqui, que ganha seiscentos euros que precisa de redução de IMI, se o senhor fizer as contas este casal provavelmente, se tiver uma habitação está isento de IMI. Não é para estas pessoas. Quem paga normalmente são pessoas que têm rendimentos superiores e casas avaliadas já com valores substancialmente superiores. A esmagadora maioria, são cerca de quarenta e um por cento dos nossos concidadãos que têm habitações, é mais de um terço dos nossos concidadãos, não paga IMI, estão isentos. Não pagam nada e muito bem. É desta forma que se integra estas famílias. Quando tomamos esta decisão foi uma decisão difícil mas é preciso tomá-las com coragem e clareza. Nós precisamos de receitas, esta é das pequenas receitas que temos e que menos penaliza os nossos concidadãos. Estamos convictos de que neste contexto a situação foi acertada e correcta, é óbvio que estaremos sempre disponíveis, como sempre estivemos, para acertar situações, como a questão do zonamento e

outras. Foram atitudes que assumimos com clareza e com determinação. É preciso perceber, os senhores com certeza que já perceberam há muito e continuo a reiterar isto, de que não é possível exigir depois que se façam distribuição para as Juntas de Freguesia, que se façam intervenções na rede viária e por aí fora, se não houver receita. A única solução se não houver receitas é o endividamento e os empréstimos. Aí quando vamos para o endividamento e para os empréstimos estamos todos a pagar, os que podem e os que não podem. Eu julgo que a forma correcta é aquela que temos assumido.» -----

----- Passou-se de seguida à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação das taxas de zero vírgula sete por cento para prédios urbanos e rústicos e zero vírgula quatro por cento para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme estabelecido nas alíneas b) e c), do nº 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis” -----

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e cinco votos a favor e catorze contra dos seguintes membros: Carlos Manuel Soares Nunes, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, José Manuel Teixeira Gonçalves, Joaquim José Correia Bessa, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, António Filipe Cardoso Barbosa, Branca Cecília Vieira de Sousa, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia Caíde de Rei, João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Declaração de voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Assumimos a declaração de voto contra o assunto do IMI, referente às taxas do IMI, porque sem dúvida a Câmara Municipal teria aqui um mecanismo ao dispor para despenalizar as famílias Lousadenses que ao longo destes últimos anos vieram a pagar a taxa máxima do imposto do IMI. Mais importa dizer e referir que o senhor Presidente de Câmara e a Câmara Municipal, o Executivo Municipal talvez não saiba o que é uma gestão do município. Votamos ainda contra porque a gestão do município faz-se também pela

contenção das despesas, e não só, pelo aumento das receitas, pelas taxas máximas.» -----

----- QUARTO PONTO: Autorização para a prática por parte das Juntas de Freguesia de actos de competência da Câmara Municipal -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para delegar competências nas Juntas de Freguesia nomeadamente as referidas no nº 2 do art. 66º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, em cumprimento do nº 1 do referido artigo”-----

----- A proposta número dois foi aprovado por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- O senhor vice-presidente da Câmara assumiu o lugar do senhor presidente da Câmara, uma vez que o mesmo teve de se ausentar. -----

----- QUINTO PONTO - Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio 2010/2013 -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Sobre este ponto da agenda importa esclarecer a Assembleia relativamente ao procedimento que nos trouxe aqui uma nova proposta de Regimento. Antes disso lembrava que no anterior mandato, em Junho de dois mil e sete, o nosso grupo municipal trouxe a esta Assembleia uma proposta de alteração do Regimento em vigor. Na altura fundamentamos a proposta com vista a o melhor funcionamento da Assembleia Municipal, e é precisamente este o nosso ponto de interesse, o melhor funcionamento desta Assembleia Municipal. Queríamos também uma maior dinamização do debate entre grupos políticos e, ou membros e o executivo municipal e o fácil acesso e maior abertura da Assembleia à sociedade civil lousadense. A proposta em Junho de dois e sete foi chumbada pela maioria socialista. Agora reunidos para um novo mandato autárquico e em sede de comissão para revisão do Regimento desta Assembleia, apresentamos novamente as propostas de então, qual o nosso espanto por este não ter alterado quase nada, e não terem aceite as propostas de melhoria por nós apresentadas. De facto a postura foi, vamos a votos, sem qualquer abertura para as propostas apresentadas, sem qualquer preocupação

pelo melhoramento do funcionamento da Assembleia Municipal ou pelo estatuto e papel dos eleitos. Quais as propostas que apresentamos: primeiro, rotatividade das intervenções, o grupo municipal do PS continua a ser o último a proferir as intervenções, entendemos que a negação à rotatividade das intervenções demonstra a postura do grupo municipal do PS pelo receio ao debate e ao contraditório. Aqui faz-se valer da ditadura da sua pequena maioria para impor a sua mensagem sem qualquer direito de réplica. Segunda propostas de alteração, a intervenção do presidente de Câmara intercalada nas voltas de intervenção dos grupos municipais, importa questionar o senhor presidente de Câmara, aqui substituído pelo vereador Pedro Machado, se têm receio de intervir no meio das voltas de intervenção dos grupos municipais, por outro lado, não prever a sua intervenção é diminuir a essência do debate político e o esclarecimento das questões que lhe forem colocadas, é diminuir a própria Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo, fiscalizador e apreciativo. Terceira proposta, envio atempado da ordem do dia e respectiva documentação de suporte, o grupo municipal do PS ao não aprovar o alargamento do prazo de envio da documentação remete para os eleitos da Assembleia Municipal a responsabilidade de preparar os assuntos em apreço em escasso tempo útil até à sessão. Aliás por insuficiência de tempo perde-se a análise da documentação e o correspondente rigor das intervenções. Pior, abre espaço à tomada de posições pouco estudadas ou fundamentadas de elevado risco para a conduta deliberativa sobre as solicitações do município. Quarta proposta de alteração, Intervenção do Público, o grupo municipal do PS ao remeter a intervenção do público para o final da sessão está, a nosso ver, a coarctar a intervenção da maioria dos cidadãos obriga-os a esperar até tardes horas para colocarem as suas perguntas ou considerações, é como se fechassem a Assembleia Municipal à participação do público nada mais legal e possível do que prever as intervenções do público no início da sessão, antes do começo dos trabalhos como propõe o nosso grupo. Estas propostas de alteração não são para favorecer este ou aquele grupo, são, isso sim para melhorar o debate político entre eleitos, melhorar o próprio funcionamento da Assembleia Municipal como disse, e abrir a Assembleia à facilitação da participação do público. Todas estas propostas que apresentamos foram negadas pelo PS. Queremos contudo afirmar que nada na lei ou nas boas práticas autárquicas impede que as tivéssemos em consideração. Por exemplo, nos termos do artigo cinquenta e três número um alínea b) a Assembleia Municipal aprova o Regimento que bem entender, claro com respeito pela lei, e acrescento pelo bom senso. Determinar o envio de documentos de suporte com cinco ou seis dias de antecedência não é nada de

mais quando a lei exige oito dias de antecedência para convocar a Assembleia Municipal. Isto é legal, é possível. Se esta Assembleia tem a obrigatoriedade de convocar-nos com oito dias de antecedência para uma sessão porque não remeter-nos a correspondência com cinco ou seis dias de antecedência, ficávamos com a margem de dois três dias para o sector administrativo tirar as cópias, meter no correio e recebermos nós a correspondência, o Regimento prevê, que nós possamos receber a documentação até dois dias antes da Assembleia. Eu digo, é de elementar bom senso que todos nós para que façamos uma preparação correcta dos assuntos em apreço em cada Assembleia tenhamos mais tempo disponível para estudar e analisar os documentos que nos são enviados. O mesmo acontece com a rotatividade das intervenções ou com o período de intervenção do público. Com esta negação destas propostas o grupo municipal do Partido Socialista parece pretender diminuir o papel e o Estatuto de Oposição amputando-a do debate político e dificultando a participação do público na Assembleia Municipal. Como disse é a prevalência da posição e da ditadura da pequena maioria. Pena é que não perceba que a Assembleia Municipal não é pertença do partido A ou do partido B. A Assembleia Municipal é de todos os Lousadenses legitimamente representados nos eleitos aqui presentes.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Partido Socialista do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, dá a impressão que não estivemos na mesma reunião. Todas estas coisas foram explicadas pelo senhor presidente da Assembleia e a nossa posição sobre esses pontos. Sobre este documento tão importante para o funcionamento desta Assembleia, teço as seguintes considerações, por reunião prévia antes da tomada de posse de todos nós foi constituída uma comissão para proceder à alteração do Regimento, com a seguinte constituição: três elementos do Partido Socialista, dois elementos da Coligação, um elemento da CDU e o elemento independente (Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde). E o Partido Socialista com três elementos estando em maioria é que votou sempre contra. Como podem verificar aceitamos ser minoria nesta comissão. Se fosse ao contrário não sei se isto acontecia. Foram analisados quase todos os artigos do Regimento anterior, mas como compreendem houve discordância em alguns, poucos, estes quatro. Nesses procedeu-se à votação e ganharam, como é óbvio, as propostas mais votadas, estando nós em minoria. Um dos pontos de discórdia foi a atribuição dos tempos nos períodos de antes da ordem do dia e da ordem do dia, conforme o número de membros e aplicando a regra três simples, os tempos seriam os seguintes para cada

grupo: período antes da ordem do dia, PS, dezassete virgula zero, seis minutos, para a coligação, onze virgula setenta e seis minutos, CDU cinquenta e nove segundos e para o Independente cinquenta e nove segundos. Depois de alguma discussão e efectuados alguns acertos os tempos ficaram como consta no próximo Regimento, ou seja, quinze minutos para o PS, dez minutos para a Coligação, três minutos para a CDU e dois para o Independente. No período da ordem do dia e usando o mesmo sistema, os tempos deveriam ser os seguintes, no total de oitenta minutos: quarenta e cinco minutos para o PS, trinta minutos para a Coligação, dois minutos e meio para a CDU e dois minutos e meio para o Independente. Aqui o Partido Socialista prescindiu de cinco minutos para os conceder, em igualdade à CDU e ao Independente. Chamar a isto, ditadura, é não saber o que é democracia.»-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” -Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Continuar com os esclarecimentos relativamente ao processo de revisão do Regimento. A comissão constituída com três elementos do PS dois elementos da Coligação...» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Assembleia: «Lembra-se de eu lhe ter dito que em caso de empate tinha voto de qualidade porque era presidente da Assembleia. Eu estava como presidente da Assembleia Municipal, como tenho estado em todas as comissões de revisões do Regimento. Só podia ter voto de desempate como presidente da Assembleia.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, (continuação): «O senhor presidente lembra-se de o ter questionado se a comissão podia ser constituída sem a figura do presidente da Assembleia, lembra-se de me ter dito que sim. Inicialmente o senhor Santos estava a propor quatro elementos e portanto era a dúvida se era três mais um se era três sem o presidente. Na altura o senhor presidente da Assembleia concordou comigo que não tinha de estar na comissão de revisão do Regimento. Quem teve o cuidado de analisar a alteração do Regimento do mandato anterior para esta proposta que aqui recebe, só há um aspecto que o senhor Santos falou que alterou os pontos relativos ao antes da ordem do dia, os ponto das ordem do dia não alteraram já vem do Regimento anterior. Os cinco minutos que diz que abdicou já não foi agora foi há quatro, cinco anos atrás ou mais. No ponto de antes da ordem do dia o senhor abdicou de minutos mas nós também abdicamos. É de elementar bom senso que se encontre uma plataforma de entendimento

porque o Regimento é desta Assembleia Municipal. Na base e no pressuposto de melhorarmos esta Assembleia Municipal aquilo que nós propomos é para benefício de todos. Receber a documentação com mais dias de antecedência não é para meu benefício é para benefício de todos. Prever a intervenção do público no início das sessões não é para meu benefício, mas porquê, aí está, é a lógica do “partidite” do senhor Santos. Todas as propostas que aqui apresentamos, inclusivamente a da rotatividade das intervenções e da intervenção intercalada do senhor presidente de Câmara a meio das voltas não é para me favorecer a mim ou qualquer um destes elementos, é para favorecer o debate nesta Assembleia Municipal. Quantas vezes ficamos com perguntas por responder ou com respostas não conclusivas e que poderíamos na própria Assembleia sem ter que remeter para mais dois ou três meses à frente uma resposta às questões colocadas.» --

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva”
----- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos, eu não estou a perceber, o senhor até costuma ser uma pessoa bastante calmo e hoje está a perder o desnorte e não sei porquê? Eu só venho aqui registar uma nota, pegando nas suas palavras, o seu vocabulário vai alterando, eu compreendo ao longo dos tempos com a nova minoria para que fique registado aqui essa nova minoria.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes uma pergunta, esclareça-me, o Regimento da Assembleia da Republica consagra a intervenção do público? Segunda questão, não é suficiente que as pessoas tenham um tempo para falar e para interpelar e que então no final da Assembleia depois de discutidos os assuntos, depois dessa ordem de trabalhos as pessoas falem? Terceiro, as pessoas, e eu acho de todo legítimo, devem manifestar-se perante esta Assembleia mas não seria também interessante levá-las a falar com os deputados municipais com os seus representantes e então depois os seus representantes trazerem cá as soluções e os problemas. Para mais e acima de tudo quando se fala tanto da falta de ligação que existe entre os políticos e os eleitores. E depois deixe-me lhe dizer uma coisa, pequenas maiorias, tenho um colega meu que dizia: “sou pequenino mas chego a onde quero”.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Partido Socialista do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor presidente da Assembleia esclareceu o senhor Nunes mais do que uma vez, porquê que o presidente da Câmara falava em último lugar. Quanto ao público também o esclareci, eu já

estou aqui há doze anos, com este mandato já vai para dezasseis. O que é que eu tenho constatado com as intervenções do público, vêm pôr aqui assuntos de interesse pessoal, mais nada. O que gostaríamos era que o público no final interviesse sobre aquilo que ouve aqui de nós. Agora no final colocar assuntos pessoais foi o que eu disse ao senhor Carlos Nunes, eles chamam-lhe “ beija-mão” mas paciência, têm às quartas-feiras o senhor presidente ou o senhor vice-presidente à disponibilidade para resolver os seus assuntos pessoais.» -----

----- Esclarecimento do Presidente da Assembleia Municipal: «A Mesa vai dar alguns esclarecimentos até porque o presidente da Assembleia fazia parte desse grupo e como tal, é também a mim que compete fazer a defesa do Regimento. Primeiro dizer ao senhor Carlos Nunes que as propostas que apresentaram foram todas discutidas e para que esta Assembleia saiba foram discutidas democraticamente. Em democracia ganha-se, perde-se e ganharam as propostas que foram aceites pela maioria. Este Regimento resulta disso mesmo. Eu iria falar sobre dois, três pontos que me parecem importantes, já foram explicados e os senhores parecem que não querem entender. O Regimento prevê já que o presidente da Câmara intervenha a meio das intervenções, se o prevê para quê que nós vamos criar uma intervenção, o Regimento diz que o presidente da Câmara pode ou não intervir, tem a faculdade de intervir, não é obrigatório e ninguém o pode obrigar. Aqui no nosso Regimento feito há vinte anos dá a faculdade ao presidente da Câmara de responder não só uma vez mas duas, uma no meio e outra no fim. Está no Regimento, não sei, onde é que os senhores querem chegar. Outro ponto relativamente à chamada “falta de diálogo”. Eu pergunto se a Assembleia da Republica terá falta de diálogo e funciona assim dos partidos menos votados para os mais votados. Mas independentemente disso eu dir-lhe-ia que se duvidas houvesse e eu já disse isso na nossa reunião mas repito aqui para os senhores deputados saberem que estamos a fazer isto com regras democráticas e com regras aceites. Eu orgulho-me de sentir que esta deve ser das Assembleias onde as regras que nos são impostas por lei são mais escrupulosamente cumpridas, pode faltar uma coisa ou outra mas dificilmente acredito que haja muitas falhas em termos de funcionamento desta Assembleia. E houve por parte do PSD em tempos, levantaram a dúvida se era democrático ou não fazer este regime das duas voltas, na altura era o senhor Procurador Geral da Republica uma pessoa da vossa área, o senhor Meneses Pimentel. Eu fui chamado lá, deu razão à maneira como nós funcionávamos, isto não pode ser uma democracia de “moeda ao ar”, isto tem de ser uma democracia onde os

vencedores têm algum poder sobre os vencidos. As minorias não são assim tão poucas, se dizem uma minoria de cinquenta e nove por cento, há poucos neste país, mas até podia ser um por cento, a democracia é assim, tudo isto foi votados e discutido tudo isto está dentro da lei. Relativamente á intervenção do público, aquilo que se entende, na verdade isto é um órgão deliberativo não é um órgão sequer consultivo. Permite-se a faculdade do público falar no fim para apresentar sugestões que possam interessar à população. O facto de ser no fim é porque os trabalhos desta Assembleia são o mais importante, não é o público. O público pode chegar aos senhores deputados e dizer apresente-me lá isto.... A intervenção do público é uma intervenção facultativa, isto é um órgão essencialmente deliberativo e é nessa função que nós fomos eleitos, nós representamos o povo. É raro adiarmos uma Assembleia porque isto funciona bem, senão, como acontece em algumas Assembleias estão dois e três dias, também com a boa vontade dos senhores deputados. O senhor acha que havia soluções melhores mas a maioria achou que não. E neste momento temos de nos sujeitar à maioria para isso é que há democracia.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regimento, conforme estabelece a alínea a) do número um do artigo quarenta e seis-A coadjuvado com a alínea b) do número um, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro”-----

----- A proposta número três foi aprovado por trinta e cinco votos a favor e catorze votos contra dos seguintes membros: Carlos Manuel Soares Nunes, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, José Manuel Teixeira Gonçalves, Joaquim José Correia Bessa, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, António Filipe Cardoso Barbosa, Branca Cecília Vieira de Sousa, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia Caíde de Rei, João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Alberto Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Declaração de voto do Sr.^a. Cláudia Patrícia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP:

«Votamos contra o Regimento da Assembleia, porque não nos revemos na decisão que mantém “status quo” e porque discordamos da solução encontrada, manifestando com a presente declaração de voto a discordância nos seguintes termos: primeiro, votamos contra, porque entendemos que o envio da documentação de suporte à ordem do dia com apenas dois dias de antecedência não nos permite uma análise detalhada, não nos permite uma preparação suficiente, adequada e rigorosa de forma a participarmos nesta Assembleia numa atitude responsável como entendemos que a população de Lousada merece, e para a qual nos elegeu. Segundo, votamos contra porque entendemos que a intervenção do público no fim de ordem do dia não favorece a dinâmica, não favorece o diálogo, não favorece abertura nem o enriquecimento que se pretende nesta Assembleia de uma participação activa da nossa população. Terceiro, votamos contra porque não compreendemos porque que esta maioria, ainda que pequena, se nega a esta abertura de intervenção do público antes da ordem do dia, que tornaria a nossa Assembleia mais convidativa à sua participação. Votamos contra, porque não podemos esquecer que todos nós fomos eleitos pela população de Lousada, não faz pois sentido que essa mesma população que nos elegeu não tenha essa prioridade nesta Assembleia.» -----

----- SEXTO PONTO: Pedido de suspensão do mandato pelo período de 365 dias; -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Este pedido de suspensão de mandato foi apresentado pelo Dr. Jorge Neto eleito pela Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Partido Socialista do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Nesta primeira sessão efectiva da Assembleia Municipal é importante salientar o relevante papel que nos cabe enquanto deputados municipais e legítimos representantes dos munícipes para a defesa e promoção do nosso concelho. Depende de nós, das nossas ideias, propostas, recomendações e pareceres, o progresso e desenvolvimento local, a protecção dos interesses da comunidade e uma colaboração activa para o órgão executivo ser ainda mais competente e profícuo. A Assembleia Municipal constitui um garante do exercício do pluralismo democrático e do debate de ideias e a ela compete a insubstituível missão de acompanhamento e fiscalização da actividade do executivo e respectivos resultados, contribuindo, assim, para a eficiência da vida municipal. Por tudo isto, estou absolutamente convicto de que todos os

deputados municipais, através da sua prática interventiva, darão um contributo empenhado, sereno e construtivo para engrandecimento valorização e aperfeiçoamento de Lousada colocando sempre a ênfase na procura de soluções sérias e pragmáticas para os problemas que o concelho enferma. Assumir o mandato, constitui pois um acto de profunda participação cívica e democrática, mas corresponde, acima de tudo a uma expressão visível da confiança popular que não pode, nunca, ser desmerecida. Neste contexto, não deixa de ser estranho o pedido de suspensão já apresentado pelo primeiro candidato da coligação PSD/PP, desvalorizando, assim o sentido do veredicto popular. Não é assim que se dignifica a democracia que se promove a responsabilidade dos eleitos e se fala verdade à população. Para quem tanto dizia que o senhor presidente da Câmara não iria cumprir o mandato até ao final, esta atitude enquadra-se na provincial expressão de Frei Tomás “ Olha para o que ele diz e não olhes para o que ele faz”. No entanto, mantemos a esperança de que mesmo não estando nesta Assembleia, o candidato irá pugnar, como também prometeu para a captação de investimentos para os mais variados sectores da actividade económica. Afinal, todos somos poucos para ajudar a população, sobretudo na criação de emprego, cuja carência tanto afecta as famílias do concelho. Esperamos, pois que essa promessa também não fique suspensa, assim como o tão proclamado amor por Lousada. Da nossa parte, bancada do Partido Socialista, queremos reafirmar um exercício de exigência e de compromisso pois somente através de uma participação motivada e edificante será possível ajudar a superar os constrangimentos que enfermam o concelho e corresponder, assim, à legítima expectativa que sobre nós recai.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu estava aqui a reparar na agenda da ordem de trabalhos e provavelmente o senhor Santos confundiu aqui pedido de suspensão por renúncia. O que está em causa é o pedido de suspensão do mandato pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias e não a renúncia. Parece que estava aqui a dizer que o eleito Jorge Neto renunciou ao mandato, não é verdade. Mas também com a sua intervenção fiquei na dúvida se estava a referir-se ao ponto seis ou a qualquer outro ponto ainda relativamente à apreciação genérica de outros assuntos e de outros interesses. Relativamente a este ponto, importa lembrar que não me parece correcto colocar em causa a idoneidade e legitimidade do pedido de suspensão do eleito Jorge Neto, isso é um direito que lhe assiste a ele e qualquer um dos eleitos. Pior é renunciar ao mandato por troca de uns

milhares de euros na empresa Lousada Séc. XXI e nós já assistimos a isso. Pedir uma suspensão que está cabimentada no Regimento e na lei não tem maldade nenhuma, aliás deve estar justificada por isso. Renunciar por troca de uns milhares de euros numa empresa municipal por causa de incompatibilidade, isso é bem pior.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu vinha só aqui dar uma explicação relativamente a uma pessoa que não faz parte desta Assembleia. E que não sei se o senhor desconhece ou não quer conhecer, que as duas pessoas que renunciaram ao mandato eram membros desta Assembleia e já faziam parte do conselho. Houve uma alteração da lei e essa alteração é que fez com que isso acontecesse. Estão num serviço que se calhar é tão importante como estar aqui, penso eu. De qualquer forma, eu penso que a sua intervenção agora foi um bocado infeliz relativamente a essas suas pessoas que não têm nada a ver com o caso aqui explicado. Eles não renunciaram, foram obrigados a renunciar, por lei. Não podiam continuar na Lousada Séc XXI, então renunciaram, é diferente. É evidente que o Dr. Jorge tem todo o direito de pedir a suspensão, não temos nada a ver com isso.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «De facto o primeiro elemento da candidatura da coligação à Assembleia Municipal pediu a suspensão do mandato. O artigo setenta e sete da lei das autarquias locais, como bem sabem, permite-o, designa igualmente os motivos da suspensão e eu não sei se é por estar muito tempo longe de casa, não sei quais são os motivos aduzidos. De qualquer das formas diz também o número quatro deste artigo o seguinte: “ A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito renuncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.” Ora a minha questão e eu não quero entrar novamente no âmbito da futurologia porque antes das eleições manifestei publicamente a minha suspeita. Mais, terá sido um erro as declarações publicas a uma televisão que por acaso passa na internet a dizer que ia pedir a renuncia do cargo. Terá sido um erro, um lapso? Não sei.» -----

----- O pedido de suspensão foi autorizado por vinte e três votos a favor e vinte e cinco abstenções dos seguintes membros: Joaquim Almeida Santos, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Joaquim José da Silva, Dora Manuela Correia da Rocha, João Carlos Pinto Correia, Alberto Oliveira, Maria de

Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, José Bernardino Pinto Nogueira, Ana Margarida Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Magalhães; Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga; Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda; Fernando Jorge presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas; Antero Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Santos cabeça de lista mais votada na Freguesia de Lustosa, Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira; Adrião Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela. -----

----- SETIMO PONTO: Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Conselho Municipal de Educação, (presidente da Junta de Freguesia); b) Comissão Municipal que concederá autorizações ou modificações referida na alínea b), do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12 de 30 de Março de 2004; c) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, (presidente da Junta de Freguesia); d) Conselho Cinegético Municipal, (presidente da Junta de Freguesia); e) Conselho Hospitalar do Vale de Sousa; f) Comissão Concelhia de Saúde; g) Associação Nacional de Municípios Portugueses, (presidente da Junta de Freguesia), efectivo e suplente; h) Assembleia Distrital do Porto – (Presidente da Junta de Freguesia), efectivo e suplente; i) Conselho Geral da Empresa Municipal “Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, EM”; j) Comissão de Geminação com a Cidade de Renteria; l) Comissão de Geminação com a Cidade de Tulle; m) Comissão alargada de Protecção de Crianças e Jovens, efectivos e suplentes; n) Comissão de Acompanhamento da Habitação Social; o) Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Lustosa; p) Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal; q) Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada. -----

----- Após reunião prévia do presidente da Mesa com os representantes dos grupos eleitos nas últimas eleições foi apresentada para discussão e votação por escrutínio secreto a proposta número quatro do seguinte teor: “Os membros com assento na Assembleia Municipal de Lousada propõem para representantes:-----

- a) no Conselho Municipal de Educação, António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém” ;-----
- b) na Comissão Municipal que concede autorizações ou modificações nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12 de 30 de Março de 2004, Alberto Oliveira” ; -----
- c) na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Amâncio Augusto Teixeira dos Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa” ; -----
- d) no Conselho Cinegético Municipal, Antero Pinto Leal Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Lodares” ; -----
- e) no Conselho Hospitalar do Vale de Sousa, Alberto Carlos Bessa de Sousa” ; -----
- f) na Comissão Concelhia de Saúde, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada” ; -----
- g) na Associação Nacional de Municípios Portugueses, José Ribeiro da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Pias e para suplente, José Moreira Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga” ; -----
- h) na Assembleia Distrital do Porto, efectivo, António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e para suplente, João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida” ; -----
- no Conselho Geral da Empresa Municipal “Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, EM”, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca e José Bernardino Pinto Nogueira” ; -----
- j) na Comissão de Geminação com a Cidade de Renteria, Branca Cecília Vieira de Sousa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães e António Carlos Pinto Ferreira” ; -----
- k) na Comissão de Geminação com a Cidade de Tulle, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos e Dora Manuela Correia da Rocha” ; -----
- l) na Comissão alargada de Protecção de Crianças e Jovens, para efectivos, os seguintes membros: António Filipe Cardoso Barbosa, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, e para suplente os seguintes membros: Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Branca Cecília Vieira de Sousa, Ana Margarida Morais da Silva Neto e Joaquim Almeida Santos” ; -----
- m) na Comissão de Acompanhamento da Habitação Social, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Branca Cecília Vieira de Sousa, Maria Lurdes Oliveira de Castro, Dora Manuela Moreira da Rocha dos Santos e José Luis de Magalhães Pacheco” ; -----

----- n) na Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Lustosa, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Joaquim José Correia Bessa, Adrião Paulo de Sousa Mendes, Amâncio Augusto Teixeira dos Santos e Francisco Xavier Teixeira Pires”; -----

----- o) na Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal, Carlos Manuel Soares Nunes, José Manuel Teixeira Gonçalves, José Bernardino Pinto Nogueira, Alberto Oliveira e José Ribeiro da Silva”, e; ----

----- p) na Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada, Jorge Simão de Sousa Teixeira, Fausto Manuel da Costa Oliveira, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro e Mário Sérgio Teixeira da Cunha”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia passou-se de seguida à votação por escrutínio secreto da proposta número quatro a) que foi aprovada por 47 votos a favor, 1 contra e 1 branco; b) que foi aprovada por 48 a favor e 1 branco; c) que foi aprovada por 43 votos a favor 5 contra e 1 branco; d) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; e) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; f) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; g) que foi aprovada por 47 votos a favor 1 contra e 1 branco; h) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; i) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; k) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; l) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; m) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; n) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco; o) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco, e; p) que foi aprovada por 48 votos a favor e 1 branco. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Campos Barros: «Decorrente de uma situação que se arrasta há vários anos, eu pretendia fazer uma pergunta à Câmara e tenho pena que sem pôr em causa a capacidade e competência do senhor Dr. Pedro Machado, não esteja aqui o senhor presidente, dado que pela minha maneira de ser, gosto de falar olhos nos olhos. Sucede que há vários anos, uma situação decorrente de infiltrações das águas pluviais na rua contigua à casa onde vivo. O muro tem sofrido sucessivos problemas com grandes prejuízos. Durante dois anos aproximadamente ainda acreditei na capacidade do senhor presidente da Junta embora houvesse muito boa vontade, perdi qualquer esperança. Refiro à pessoa do senhor presidente porque ele teve em certa altura contacto com a situação, encontrando-se comigo junto da minha casa

no decorrer das obras de pavimentação garantiu-me que mal a pavimentação estivesse acabada seriam tomadas as medidas adequadas. Passaram semanas e nada foi feito, escrevi em oito do nove, uma carta entregue em mão em que expunha a situação. Os compromissos assumidos devem ser cumpridos. É esta a obrigação da Câmara, deve estar ao serviço dos cidadãos. Como a situação contínua no mesmo impasse, dirigi-me várias vezes à Câmara, embora com dificuldades tive o cuidado de expor a minha situação, foi-me pedido o número de telemóvel e disseram que dentro de poucos dias seria contactado. Longos períodos passaram sem qualquer contacto. Passei pela Câmara várias vezes para colaborar. O que eu queria saber é, se ao fim deste tempo todo, ainda posso ter a esperança de obter uma resposta.» -----

----- Intervenção do Sr. Alberto Barbosa: «Senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores vereadores, deputados aqui presentes, público em geral, comunicação social. Está dito, está dito! Está decidido, está decidido! Parafraseando um filósofo francês em mil seiscentos e trinta e sete, Albert Nicolas que nos dizia, eu continuo a ser aluno dele: “ Vê se és o último a falar e depois pensa se vais falar ou não”, para os que não falaram penso que foram os que melhor falaram. Para alguns que falaram em democracias e em ditaduras, confesso que tantos anos depois do vinte e cinco de Abril não queria ouvir essa palavra deve estar arredada dos corações de todos nós. Por alguma razão o povo português deixou de aparecer nas mesas de voto em grande escala porque não acredita nos nossos políticos. De palavras andamos todos nós fartos, precisamos é de obras, puras, e essas infelizmente vão escasseando. Lamento profundamente, e parafraseando um poeta português, António Aleixo que nos deixou há tantos anos: “o melhor é guardar-me para outras oportunidades”, e isto porquê? Está decidido, o Regimento está aprovado, e se o público pudesse falar antes da ordem do dia, até podiam, com toda a certeza, alterar as decisões de voto dos nossos deputados mas porque o público é o último a falar e esse público não tem voz. Então para que estamos aqui? É melhor estarmos calados e fazermos parte dessas maiorias silenciosas, desses muros da vergonha que cada vez mais existem e menos são derrubados. A todos os presentes, ainda, o meu muito obrigado porque felizmente houve alguma educação. E se o público falasse antes da ordem do dia, provavelmente o senhor presidente da Câmara ouvia muitas coisas, assim, julgo que mensagem não vai chegar até ele. A todos os que vão decidir por Lousada que sejam honestos consigo próprios porque Lousada é o concelho mais jovem da Europa mas é preciso pensar nesta juventude, que futuro vamos ter para eles? Com tanta democracia que por aqui escutei hoje e com tanta ditadura que aqui se falou,

a todos, desejo as maiores felicidades, para que Lousada seja um concelho mais próspero no futuro, mais rico.» -----

----- Resposta do Sr. Vice - presidente da Câmara: «Respondendo ao senhor capitão Campos Barros não sei se sabia que o pelouro das obras municipais me foi confiado. Portanto às tantas se tivesse exposto o problema atempadamente já estava esclarecido. Estou a tomar nota dessa situação, vou-me inteirar da situação e muito curto prazo ser-lhe-á dada uma resposta. Relativamente ao senhor Barbosa julgo que não foi propriamente uma interpelação ou pedido de esclarecimento foram mais considerações pessoais ou filosóficas, julgo que nada há a comentar.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «A Mesa tem de explicar um factor, que é este, na Assembleia não é permitido o diálogo, poderá ser permitido em reunião de Câmara mas não é em Assembleia. A Assembleia é um órgão deliberativo e é nessa função que estamos todos aqui. Provavelmente seria bom, quando tiverem problemas, expô-los primeiro aos deputados, e eles os trarão para aqui. Não pode falar, isto não tem diálogo. Não há Assembleia nenhuma que permita esse tipo de diálogo. O senhor já teve a oportunidade de falar, o presidente da Câmara respondeu é assim que funcionam as Assembleias Municipais. Eu não posso ultrapassar a lei, estou aqui para a fazer cumprir. Até haver alteração não posso mudar nada.» -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----
----- Jorge Manuel Neto; -----
----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira.

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- Eram zero horas e vinte e cinco minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

